

A retomada nas autopeças

Os resultados apresentados neste ano pela indústria de autopeças não deixam de ser auspiciosos. Afinal, houve um crescimento real expressivo do faturamento, o nível de emprego aproximou-se daquele conhecido nas melhores fases do setor e foram efetuados investimentos relativamente importantes. Há que se perguntar, todavia, sobre os riscos que o setor deve enfrentar para continuar ostentando um desempenho como esse nos próximos anos.

Sempre vale a pena lembrar que o setor em questão depende diretamente do comportamento das vendas da indústria automobilística. Estas vêm crescendo surpreendentemente nos últimos meses, superando até as expectativas dos empresários. Neste sentido, o quadro só poderia ser favorável aos fornecedores de componentes, como efetivamente aconteceu. Todavia, as montadoras também se beneficiaram do fato de que os preços das autopeças foram controlados pelo CIP. Pode-se argumentar que este órgão enquadrou também as montadoras, mas a diversidade de produtos que fabricam lhes permite distribuir melhor o ônus dessa restrição. Ademais, tais empresas se revestem de um porte econômico-financeiro que lhes permite suportar com menos dificuldades as épocas de recessão. No caso da indústria de autopeças, a grande maioria é composta por pequenas e médias unidades, que não resistem com tanta flexibilidade em tais momentos.

Trata-se inclusive de empresas predominantemente nacionais, que guardam maior relação de dependência para com os bancos. Deste ângulo da questão, pode-se observar que as necessidades de investimento correm mais risco de não poderem ser concretizadas, num ambiente em que prevalece, indefinidamente, o controle de preços. De outra parte, existe sempre a ameaça de concentração de capital dentro do próprio setor. Isso para não mencionar o problema da verticalização, ou seja, da absorção da produção de componentes pelas montadoras.

Recentemente, a área de autopeças apresentou os resultados de um estudo no qual se dimensionavam as condições para um programa de investimentos a médio prazo. Dentre outros pontos, destacava-se a importância de se obter recursos a um custo subsidiado, pois o crédito a juros de mercado inviabilizaria os projetos em pauta. Ora, seria o caso de se verificar se as empresas não poderiam realizar tais investimentos caso o governo deixasse de lado o controle de preços. Para isso seria necessário eliminá-lo igualmente ao nível das montadoras, o que se revela perfeitamente factível dado que o peso de ambos os setores sobre a inflação não é expressivo. O fator-chave, portanto, da manutenção de perspectivas otimistas reside na possibilidade de investir, com um mínimo de garantias de que a rentabilidade não será tolhida pelo governo no futuro.

Se a preocupação com o desenvolvimento tecnológico é legítima por parte dos empresários, precisa ser respaldada por condições de mercado desobstruídas. O caso das autopeças é interessante porque ilustra um setor dependente das montadoras, que corre riscos de verticalização e dentro do qual predominam, numericamente, pequenas e médias empresas nacionais. Esses aspectos deixam claros os estragos que o controle de preços pode causar, mormente quando se estabelece de modo indefinido, impedindo assim o processo de planejamento empresarial e a prospecção de novos mercados.